

SEMA MT

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO

**ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - ADMINISTRAÇÃO**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 1 - SEMA/MT, DE 1 DE SETEMBRO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEMA MT

Analista de Desenvolvimento Econômico e Social - Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Argumentação e persuasão	6
Comunicação assertiva: linguagem simples, concisa e objetiva.....	11
Organização textual.....	15
Coesão e coerência.....	21
Tipologia textual	26
Ortografia oficial. Novo Acordo Ortográfico	30
Acentuação gráfica.....	41
Emprego do sinal indicativo de crase.....	43
Sintaxe da oração e do período	48
Pontuação	54
Concordância nominal e verbal	58
Regência nominal e verbal	64
Significação das palavras.....	71
Colocação do pronome átono	76
Redação oficial: escrita de textos formais e Manual de Redação da Presidência da República.....	78
Questões	100
Gabarito.....	113

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

Produção do espaço regional mato-grossense: Aspectos naturais: clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia e suas relações com o uso da biodiversidade; Políticas de gestão ambiental; Características econômicas do espaço industrial; Geografia da população: dinâmica e estrutura, processos migratórios, distribuição de renda, indicadores de qualidade de vida e questões sociais; Processo de urbanização; Dinâmica de ocupação do espaço agrário: inserção nacional e internacional	1
Questões	7
Gabarito.....	12

SUMÁRIO



HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Expansão e conquista dos sertões da América (séculos XVI a XVIII)	1
Povos indígenas e a ocupação do continente americano antes da chegada dos colonizadores portugueses.....	6
Espaços de missão: catequese e uso de mão de obra indígena (século XVII)	11
Bandeiras: expansão territorial, escravização indígena e exploração do ouro (século XVIII).....	16
Colonização e povoamento (séculos XVIII e XIX).....	21
Cuiabá (de Arraial a Vila).....	25
A Vila Bela da Santíssima Trindade	30
A mineração do ouro e a mão de obra africana e indígena: Da decadência da mineração à ascensão da pecuária no século XIX	35
Mato Grosso entre Império e República (século XIX-XX)	40
Crise e transição no processo de independência (a Rusga).....	45
A guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e seus efeitos	50
O Estado Novo e a marcha para o Oeste	55
A ditadura civil-militar, o desmembramento do estado e o surgimento do MS (1977) ..	59
Política fundiária e as tensões sociais no campo.....	64
Questões	70
Gabarito.....	76

ÉTICA E FILOSOFIA

A Filosofia como busca racional pela verdade e reflexão crítica sobre a realidade	1
O estudo do conhecimento: conhecimento empírico, conhecimento científico e conhecimento filosófico; correntes epistemológicas: racionalismo, empirismo, criticismo	6
Desafios contemporâneos: a pós-verdade e o impacto da inteligência artificial.....	11
Questões relacionadas ao conceito e as medidas de enfrentamento ao assédio moral e sexual; atitudes éticas, respeito, valores e virtudes	16
Questões	22
Gabarito.....	27

ATUALIDADES

Atualidades.....	1
------------------	---



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração financeira e orçamentária: Matemática Financeira, Valor do Dinheiro no Tempo, Risco X Retorno, Análise de Investimentos, Alavancagem e Endividamento, Planejamento Financeiro e Orçamentário, Administração do Capital de Giro, Fontes de Financiamento a Longo Prazo.....	1
Administração da produção e compras: Estratégia de Suprimento (Strategic Sourcing)	8
Administração de Compras	14
Gestão de Estoques: MRP, Ponto de Ressuprimento, Lote Econômico de Compra, Just in Time, Sistema de Rastreamento de Materiais (RFID, Código de Barras e Unique Identification Device)	20
Planejamento e Controle da Produção.....	26
Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management)	32
Contratação: Artigos 28 ao 91 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 (Estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias).....	38
Artigos 42 ao 49 da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte) e alterações	59
Gerenciamento de projetos: Ciclo de Vida, Estrutura analítica de projeto, Estudo de viabilidade técnica e econômica, Gerenciamento das Aquisições do Projeto (PMBok 7ª ed)	61
Metodologias Ágeis	66
Estratégia empresarial: Estruturas Organizacionais, Estratégia Organizacional, Ferramentas da Análise Estratégica.....	77
Processo de Administração Estratégica.....	82
Avaliação do ambiente Externo e das Capacidades da Empresa.....	87
Estratégias no Nível do Negócio	92
Estratégias Corporativas; Implementação, gestão e mensuração das estratégias	97
Administração mercadológica: Marketing, Marketing B2B, Marketing de Serviços, Pesquisa de Mercado, Planejamento de Marketing, Estratégias de Marketing, Relacionamento com Clientes, Gestão Comercial, Comportamento do Consumidor, Marca, Mídias digitais, Plataformização.....	102
Contabilidade: Contabilidade Geral.....	117
Contabilidade de Custos	121
Contabilidade Gerencial	124
Governança, Compliance e Riscos	125
Administração de recursos humanos: Estratégias de RH, Remuneração e Benefícios	130
Desempenho	134
Cultura Organizacional	138
Desenvolvimento de RH.....	144
Gestão do Conhecimento.....	148

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Carreira e Sucessão.....	152
Liderança e Equipe.....	157
Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: Gestão Ambiental nas Organizações	162
Relacionamento com Públicos de Interesse	166
Modelos e Práticas de Relatórios Ambientais	170
Indicadores de Gestão Ambiental e ESG	174
Questões	178
Gabarito.....	184

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei Complementar Estadual nº 112/2002, que Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.....	1
Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Mato Grosso	5
Código Estadual do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 38/1995.....	53
Questões	89
Gabarito.....	94

CONTEÚDOS TRANSVERSAIS

Administração e Gestão Pública: Planejamento, organização, direção e controle	1
Gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, motivação e liderança.....	11
Administração de materiais, patrimônio e serviços	16
Gestão pública: princípios constitucionais, eficiência, transparência e inovação	21
Poluição e Controle Ambiental: Poluição atmosférica: fontes e controle; Resolução CONAMA nº 506/2024 (Padrões de qualidade do ar).....	26
Poluição hídrica: monitoramento físico-químico e biológico; Efluentes domésticos e industriais; Resolução CONAMA nº 430/2011 (Descarte de efluentes)	29
Poluição do solo e resíduos sólidos	35
Resolução CONAMA nº 420/2009 (Critérios e valores orientadores de qualidade do solo).....	40
Indicadores ambientais e monitoramento.....	48
Investigação, caracterização e gerenciamento de áreas impactadas; Conceitos e técnicas de gerenciamento, manejo e remediação de áreas impact	53
Economia e Desenvolvimento: Distribuição de renda e PIB, inflação, desemprego, política fiscal e monetária; Indicadores sociais e econômicos; Desenvolvimento econômico e social: conceitos e políticas públicas.....	58
Estatística e Métodos de Pesquisa: Estatística descritiva: médias, variância, gráficos e tabelas	63

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Probabilidade e distribuições básicas: Inferência estatística: amostragem, testes de hipóteses; Pesquisa qualitativa e quantitativa em ciências sociais.....	68
Aplicações em planejamento e avaliação de políticas públicas.....	73
Marcos normativos do sistema de direitos humanos	78
Normas e acordos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	83
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	88
Impactos das políticas de assimilação e dominação: Licenciamento Ambiental de empreendimentos que afetam comunidades quilombolas; Comunidades quilombolas: Formação, organização e contexto atual; História e cultura dos Povos Indígenas no Brasil; Processos históricos de colonização, resistência e contato com sociedades não indígenas; Preservação ambiental e cultural das terras indígenas; Questão indígena e os desafios contemporâneos; Impactos da urbanização, modernização e globalização; Saúde, educação, trabalho e condições de vida das populações indígenas.....	96
Projetos, Programas e Políticas Públicas: Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação; Gestão de projetos e programas sociais; Indicadores de desempenho e impacto; Participação social e controle democrático ..	101
Clima, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e Climática.....	106
Lei Federal nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)	112
Lei Federal nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).....	121
Lei Complementar nº 582, de 13 de janeiro de 2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas	125
Lei Federal nº 12.651/2012, Código Florestal Brasileiro	137
Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	168
Política Estadual de Recursos Hídricos Lei 11.088 de 10/10/2020 e suas alterações..	179
Conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental; Desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, consumo consciente e economia circular; Impactos socioambientais de empreendimentos	193
Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	198
Legislação ambiental: Sisnama, processo de licenciamento; Lei Federal nº 15.190/2025 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998, 9.985/2000 e 6.938/1981; e revoga dispositivos das Leis nº 7.661/1988 e 11.428/2006	203
Políticas públicas ambientais: instrumentos de comando e controle, instrumentos fiscais, instrumentos públicos de mercado, eficácia dos instrumentos	235
Responsabilidade socioambiental; Conceitos dos principais indicadores sociais e ambientais	240
Lei Complementar nº 592/2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), disciplina o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais no âmbito do Estado de Mato Grosso	246
Lei Complementar nº 140/2011 - Estabelece normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e altera a Lei nº 6.938/1981	257

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Federal nº 14.944/2024 - Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nº 7.735/1989, 12.651/2012 (Código Florestal) e 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais)	264
Decreto Estadual nº 1.031/2017 - Regulamenta a LC nº 592/2017 quanto ao PRA, ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental (SIMCAR) e aos procedimentos de inscrição e análise do CAR	278
Decreto Estadual nº 697/2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMA/MT	292
Lei Complementar nº 233/2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso	309
Decreto Estadual nº 1.268/2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviços públicos e/ou exercício do poder de polícia ambiental, bem como define empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento.....	328
Resolução CONSEMA nº 74/2025 - Define atividades e empreendimentos de impacto ambiental local e estabelece normas gerais de cooperação técnica entre SEMA e Prefeituras Municipais	329
Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso, instituída pela Lei nº 10.903/2019 (e regulamentada pelo Decreto nº 938/2024)	335
Lei Estadual nº 7.692/2002- Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.....	346
Administração e a Conservação das Águas Subterrâneas - Lei Estadual nº 9.612/2011	359
Questões	365
Gabarito.....	370

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



BASE NATURAL E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

► Clima, relevo e diferenciação regional

O território mato-grossense combina condições tropicais, forte sazonalidade das chuvas e formas de relevo que influenciam a circulação das águas, a ocupação humana e o aproveitamento econômico. Em grande parte do estado, a estação chuvosa concentra-se nos meses mais quentes e o período seco é bem marcado. No norte, a influência amazônica favorece maior umidade; nas áreas centrais e orientais, destaca-se a sazonalidade típica do Cerrado; no sudoeste, a dinâmica do Pantanal acrescenta o pulso anual de cheias e vazantes. Essas diferenças afetam calendários agrícolas, disponibilidade hídrica, conservação de estradas, risco de incêndios e manejo de pastagens.

Planaltos, depressões e planícies

O relevo reúne planaltos, chapadas, depressões e extensas áreas sedimentares. Setores elevados, como os associados à Chapada dos Guimarães, participam de divisores de águas e áreas de nascentes. A planície do Pantanal, de baixa declividade, recebe águas de numerosos tributários e apresenta inundações periódicas. Superfícies relativamente planas podem favorecer mecanização quando os demais fatores são adequados, enquanto áreas sujeitas a alagamento exigem formas de uso ajustadas à variação do nível das águas. Encostas, cabeceiras e margens fluviais requerem manejo cuidadoso, pois a retirada de cobertura vegetal pode acelerar erosão e assoreamento.

► Solos, vegetação e hidrografia

Muitos solos do estado são profundos e fisicamente favoráveis à mecanização, mas podem apresentar acidez e baixa disponibilidade natural de determinados nutrientes. A produção agrícola intensiva depende, portanto, de manejo técnico, correção da acidez, reposição de nutrientes e práticas de conservação. Aptidão produtiva não significa ausência de fragilidade: compactação, perda de matéria orgânica e erosão podem ocorrer quando o uso desconsidera cobertura do solo, rotação de cultivos, declividade e proteção dos cursos d'água.

Biomass e grandes sistemas fluviais

Mato Grosso reúne porções dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. O norte possui extensas formações florestais amazônicas; as áreas centrais e orientais apresentam mosaicos característicos do Cerrado; o sudoeste inclui ambientes pantaneiros condicionados pelas inundações. A hidrografia liga essas paisagens a grandes sistemas de drenagem, com rios como Xingu, Teles Pires, Juruena, Araguaia, Cuiabá e Paraguai. A posição das cabeceiras e dos tributários torna a gestão da água uma questão regional, porque sedimentos e contaminantes podem ser transportados para áreas distantes do ponto onde foram gerados.

A comparação entre componentes naturais ajuda a perceber que potencial econômico e restrição ambiental frequentemente aparecem no mesmo espaço.



TERRITÓRIOS INTERIORES E A EXPANSÃO IBÉRICA NA AMÉRICA

► Tordesilhas e o contraste entre cartografia e ocupação efetiva

A expansão europeia pelo interior da América portuguesa ocorreu em um espaço que, nos mapas diplomáticos dos primeiros tempos da colonização, não correspondia integralmente ao domínio português. O Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, estabelecia uma linha abstrata de separação das zonas de conquista ultramarina. Na prática, a distância entre uma divisão traçada no papel e o conhecimento efetivo do continente era enorme. Rios, serras, planaltos, áreas alagáveis e extensas zonas de floresta condicionavam a circulação, enquanto numerosos povos indígenas possuíam seus próprios territórios, rotas e relações políticas. Por isso, a conquista dos sertões não pode ser entendida como simples avanço sobre espaços vazios. Ela envolveu o ingresso de agentes coloniais em regiões habitadas e conhecidas por sociedades que já mantinham formas próprias de ocupação, mobilidade e uso dos recursos.

Sertão como espaço móvel de conhecimento e disputa

A palavra sertão designava, no vocabulário colonial, áreas afastadas dos centros litorâneos de administração e comércio. Seu significado era relativo: um território considerado remoto por autoridades estabelecidas na costa podia ser densamente conhecido por populações indígenas, comerciantes locais, caçadores ou viajantes. A expansão para o interior dependia de informações sobre cursos d'água, passagens terrestres, épocas de cheia e de seca, lugares de obtenção de alimentos e possibilidades de abrigo. Esse conhecimento era adquirido por observação, experiência acumulada e, muitas vezes, pela incorporação forçada ou negociada de saberes indígenas. A conquista, portanto, tinha uma dimensão geográfica e outra política: conhecer caminhos permitia deslocar homens e mercadorias, mas também localizar comunidades, minas, áreas férteis e pontos adequados à instalação de povoações ou postos militares.

As modalidades de avanço pelo interior variaram conforme o objetivo e o momento histórico. A tabela compara formas recorrentes de penetração sem tratá-las como categorias rígidas, pois uma mesma expedição podia combinar finalidades diferentes.

Modalidade de avanço	Objetivo predominante	Meio de circulação	Efeito territorial recorrente
Reconhecimento e entrada	Conhecer rotas, recursos e populações	Caminhos terrestres e rios	Ampliação do conhecimento colonial sobre o interior
Expedição de apresamento	Capturar indígenas e controlar áreas de passagem	Marchas terrestres e redes fluviais	Violência, deslocamentos e abertura de novos caminhos
Prospecção mineral	Localizar ouro e outras riquezas	Rios, córregos e trilhas	Formação de acampamentos e atração de novos contingentes
Ocupação administrativa e militar	Fixar soberania e proteger fronteiras	Povoações, fortes e postos	Transformação da presença eventual em domínio mais permanente

A comparação evidencia que conquista e povoamento não eram etapas perfeitamente separadas. O conhecimento produzido por expedições podia orientar novas incursões, e a descoberta de recursos podia converter uma rota temporária em eixo permanente de circulação. No extremo oeste, esse processo aproximou a expansão luso-brasileira das áreas sob influência espanhola e tornou a questão de fronteira cada vez mais concreta.



RAZÃO, VERDADE E NASCIMENTO DA ATITUDE FILOSÓFICA

► Da experiência cotidiana ao problema racional

A filosofia começa quando uma situação que parecia evidente deixa de ser aceita apenas porque é habitual, tradicional ou socialmente repetida. A atitude filosófica transforma familiaridade em problema: pergunta o que uma afirmação significa, quais razões a sustentam, que consequências decorrem dela e em que condições poderia ser considerada falsa ou insuficiente. Essa disposição não elimina a experiência comum, mas recusa tratá-la como autoridade definitiva. Quando alguém afirma, por exemplo, que liberdade significa simplesmente fazer tudo o que se deseja, a reflexão filosófica pergunta se essa definição continua válida quando desejos individuais entram em conflito, quando uma escolha produz dano a outra pessoa ou quando o próprio agente age por impulso sem compreender suas razões. O ponto central está na passagem da opinião imediata para a investigação argumentada.

Na tradição grega, Sócrates tornou emblemática a prática de interrogar definições aparentemente simples. Termos como justiça, coragem ou virtude deixam de funcionar apenas como palavras familiares e passam a exigir esclarecimento conceitual. Platão aprofundou o problema da diferença entre aparência e conhecimento, enquanto Aristóteles consolidou formas sistemáticas de analisar causas, conceitos e argumentos. Essas contribuições não formam uma única doutrina, mas mostram um traço comum da atividade filosófica: a realidade pode ser examinada por meio de perguntas organizadas, distinções e razões que precisam ser publicamente compreensíveis.

Admiração, dúvida e formulação de questões

A investigação filosófica costuma nascer de uma ruptura com a resposta automática. A admiração revela que algo comum pode ser intelectualmente estranho; a dúvida impede que uma crença seja tomada como intocável; a pergunta bem formulada delimita o problema que será discutido. Uma diferença importante separa a dúvida produtiva da negação indiscriminada. Duvidar filosoficamente não significa rejeitar toda afirmação, mas verificar seus fundamentos e limites. Se uma pessoa diz que determinada regra é justa porque sempre foi aplicada, a tradição explica a origem do costume, mas não basta para demonstrar sua justiça. A reflexão precisa examinar critérios como igualdade de tratamento, finalidade da regra, efeitos sobre os envolvidos e coerência com outras normas aceitas.

► Argumentação como disciplina da razão

A busca racional pela verdade depende de argumentos. Um argumento articula razões de modo que uma afirmação não apareça como simples preferência. A qualidade dessa construção exige atenção ao significado dos termos, à relação entre premissas e conclusão e à consistência do conjunto. Uma conclusão pode ser persuasiva e ainda assim estar mal sustentada; inversamente, uma ideia inicialmente desconfortável pode merecer consideração se for acompanhada por razões coerentes. A filosofia, por isso, distingue convencimento psicológico de justificação racional. O primeiro pode explorar autoridade, medo ou hábito; a segunda depende de relações intelectualmente examináveis.

Para visualizar essa passagem, a tabela compara modos distintos de lidar com uma afirmação controversa. O critério central não é o grau de segurança subjetiva de quem fala, mas a forma pela qual a posição é sustentada e aberta ao exame.

**SETEMBRO - 2025****MUNDO****► 80ª Assembleia Geral da ONU reforça papel diplomático em agenda global**

Entre 23 e 29 de setembro de 2025, a 80ª Assembleia Geral da ONU reuniu chefes de Estado e representantes de diversas nações, consolidando-se como o principal fórum de formulação de políticas globais da organização.

O encontro permitiu debates sobre segurança internacional, mudanças climáticas, crises humanitárias e desenvolvimento sustentável, além de possibilitar negociações bilaterais e multilaterais entre países.

Especialistas ressaltam que a Assembleia Geral mantém papel estratégico na legitimação de tratados e resoluções internacionais, servindo também como palco de diálogos diplomáticos e posicionamentos geopolíticos, mesmo diante das limitações do Conselho de Segurança e desafios de implementação das decisões da ONU.

► Trump cogita classificar PCC e Comando Vermelho como terroristas, e governo Lula vê risco de interferência externa

Durante um discurso recente sobre **política de segurança internacional**, o presidente norte-americano **Donald Trump** indicou que pretende **classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC)** e o **Comando Vermelho (CV)** como **organizações terroristas**, caso sua proposta seja implementada no novo mandato. A medida se basearia em **leis antiterrorismo dos Estados Unidos**, que permitem sancionar **grupos transnacionais** e congelar bens ou ativos financeiros ligados a eles em território americano.

Implicações jurídicas e diplomáticas

Caso a decisão se concretize, o enquadramento permitiria **bloqueios financeiros, ampliação da cooperação judicial e até a emissão de mandados internacionais** contra suspeitos com conexões com o narcotráfico. Essa **mudança de status** elevaria o patamar do combate ao crime organizado latino-americano, mas também criaria **tensões com países soberanos**, especialmente o Brasil, que **não reconhece facções domésticas como organizações terroristas**.

O **governo Lula manifestou preocupação**, afirmando que tal classificação **poderia configurar uma forma de interferência externa** em políticas de segurança interna. Brasília teme que a medida crie **pressão diplomática para o alinhamento automático do Brasil às diretrizes de Washington**, comprometendo a autonomia nacional na condução da política criminal e nas estratégias de combate ao tráfico.

Olhar geopolítico: soberania e segurança hemisférica

Sob o ponto de vista geopolítico, a proposta de Trump reforça a lógica de **“guerra às drogas” e de securitização da América Latina** — um modelo que historicamente aproximou temas de **criminalidade e terrorismo**, legitimando intervenções unilaterais dos EUA. Ao incluir o PCC e o CV nessa categoria, Washington poderia **expandir seu raio de influência sobre as políticas de segurança regionais**, reeditando tensões da era pós-11 de Setembro.

Além disso, analistas apontam que o **Brasil seria colocado em uma posição delicada**: por um lado, enfrenta internamente o poder crescente das facções; por outro, **precisa preservar sua soberania e evitar dependência de agendas externas**. Essa classificação também poderia **impactar as relações comerciais e financeiras**, já que bancos e empresas multinacionais passariam a ser obrigados a reportar possíveis vínculos com organizações ou indivíduos investigados, dificultando operações no Cone Sul.



INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E À MATEMÁTICA FINANCEIRA

A administração financeira é a área responsável por planejar, organizar, controlar e analisar os recursos financeiros de uma organização ou de uma pessoa. Seu objetivo principal é garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, permitindo o cumprimento de obrigações, a realização de investimentos, a geração de resultados e a sustentabilidade econômica ao longo do tempo. Para isso, utiliza conceitos como valor do dinheiro no tempo, risco e retorno, análise de investimentos, orçamento, capital de giro, endividamento e fontes de financiamento.

A matemática financeira é uma ferramenta essencial nesse processo. Ela permite calcular juros, descontos, prestações, financiamentos, aplicações, valores presentes, valores futuros e taxas de retorno. Na prática, ajuda a responder perguntas como: quanto valerá um capital aplicado no futuro? Qual é o custo real de um empréstimo? É melhor pagar à vista ou parcelar? Um investimento compensa? Qual taxa está embutida em uma operação? Em quanto tempo um capital dobra? Essas questões são comuns tanto em finanças pessoais quanto em decisões empresariais.

Um conceito central é o valor do dinheiro no tempo. O dinheiro disponível hoje não possui o mesmo valor do dinheiro disponível no futuro. Isso ocorre porque o dinheiro atual pode ser aplicado, gerar juros, proteger-se parcialmente da inflação ou ser usado imediatamente em uma oportunidade. Por isso, ao comparar valores em momentos diferentes, é necessário trazê-los para uma mesma data, normalmente por meio de capitalização ou desconto.

Os juros representam a remuneração pelo uso do dinheiro ao longo do tempo. Quem empresta ou aplica dinheiro espera receber uma compensação. Quem toma dinheiro emprestado paga por esse uso. Os juros podem ser simples ou compostos. No regime de juros simples, os juros incidem apenas sobre o capital inicial. No regime de juros compostos, os juros incidem sobre o capital acumulado, isto é, sobre capital mais juros anteriores. Por isso, os juros compostos têm efeito mais forte ao longo do tempo.

Outro conceito importante é a relação entre risco e retorno. Em geral, quanto maior o risco de uma aplicação ou investimento, maior tende a ser o retorno exigido pelo investidor. Risco é a possibilidade de o resultado real ser diferente do esperado, podendo envolver perdas, atrasos, inadimplência, variação de preços ou incertezas econômicas. Retorno é o ganho obtido ou esperado em relação ao valor investido.

A análise de investimentos utiliza ferramentas financeiras para avaliar se um projeto deve ser aceito ou rejeitado. Indicadores como Valor Presente Líquido, Taxa Interna de Retorno, payback e índice de lucratividade ajudam a comparar alternativas. Essas técnicas apoiam decisões sobre compra de máquinas, expansão, abertura de unidades, lançamento de produtos ou substituição de equipamentos.

Também são fundamentais os conceitos de alavancagem, endividamento, planejamento orçamentário, capital de giro e financiamento de longo prazo. Eles mostram como a organização utiliza recursos próprios e de terceiros para sustentar suas operações e crescer.

VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO E REGIMES DE JUROS

O valor do dinheiro no tempo é um dos conceitos mais importantes das finanças. Ele parte da ideia de que uma quantia disponível hoje vale mais do que a mesma quantia disponível no futuro. Isso acontece porque o dinheiro presente pode ser aplicado, gerar rendimento, ser usado para quitar dívidas, aproveitar oportunidades ou proteger o poder de compra. Além disso, o futuro envolve incertezas, inflação e riscos.

Quando se compara dinheiro em datas diferentes, é necessário utilizar uma taxa de juros ou taxa de desconto. Essa taxa representa o custo de oportunidade do dinheiro, isto é, aquilo que se deixa de ganhar ao escolher uma alternativa em vez de outra. Se uma pessoa possui determinada quantia hoje, pode aplicá-la e obter rendimento. Assim, receber essa mesma quantia apenas no futuro significa abrir mão desse rendimento.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 1º DE JULHO DE 2002 - D.O. 1º.07.02.**

Institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I**SEÇÃO I****DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS**

Art. 1º Esta lei complementar institui o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O exercício de cargo efetivo ou em comissão, emprego público ou função de confiança exige conduta compatível com os preceitos deste Código e com os demais princípios da moral individual, social e funcional, em especial com os seguintes:

I - a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício de cargo, emprego ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio Poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos estaduais;

II - o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no artigo 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal;

III - a moralidade da Administração Pública Estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo;

IV - a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade;

V - o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio;

VI - a função pública integra-se na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;

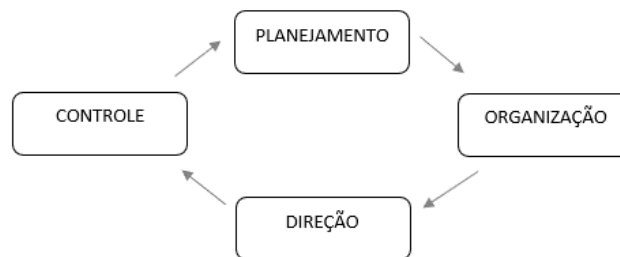
VII - salvo os casos de investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública Estadual, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar;

VIII - toda pessoa tem direito à verdade. O servidor público não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública Estadual. O Estado de Mato Grosso não pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquila a dignidade humana;



FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Planejamento, organização, direção e controle:



► Planejamento

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, por meio de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento.

O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial.
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la.
- **Lida com o futuro:** porém, não se trata de adivinhar o futuro.
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro.
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA.
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências.
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva).

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo** de **estabelecer objetivos** e **definir a maneira** como alcançá-los”.

- **Processo:** Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO.
- **Estabelecer objetivos:** Processo de estabelecer um fim.
- **Definir a maneira:** um meio, maneira de como alcançar.

Passos do Planejamento

- **Definição dos objetivos:** O que quer, onde quer chegar.
- **Determinar a situação atual:** Situar a Organização.
- **Desenvolver possibilidades sobre o futuro:** Antecipar eventos.
- Analisar e escolher entre as alternativas.
- Implementar o plano e avaliar o resultado.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!